

PROJETO DE PESQUISA:

**TEORIA DAS EXPLICAÇÕES CIENTÍFICAS,  
REGRAS METODOLÓGICAS E A  
METODOLOGIA DAS CIÊNCIAS SOCIAIS\***

*José Jeremias de Oliveira Filho\*\**

**ESTATUTO DA METODOLOGIA DAS CIÊNCIAS SOCIAIS**

O projeto que se pretende desenvolver enquadra-se em um programa de investigação mais amplo que vem se desenvolvendo junto ao Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, desde 1973, que vem procurando estabelecer uma estratégia de trabalho em âmbito de graduação e pós-graduação, ensino e pesquisa (Programa de Descrição, Análise e

Crítica de Reconstruções Metodológicas de Processos de Investigação Social).

Por reconstrução metodológica entende-se o discurso que visa elucidar os fundamentos lógicos, epistemológicos e ontológicos de teorias, métodos e técnicas de investigação. As reconstruções metodológicas poderão ser explícitas, na forma de uma exposição relativamente sistemática, suas distinções conceituais elaboradas no que se denominou de esquema-base, onde os conceitos filosóficos e científicos definidos e redefinidos adquirem caráter sistêmico. Dos seus contextos de origem, as disciplinas escolhidas como auxiliares da reflexão metodológica fornecem distinções conceituais a novos contextos, em muitos casos ocorrendo reelaboração **semântica** dos termos. Este procedimento **contribui para** que a metodologia tenha duplo estatuto: científico e filosófico.

\* Este projeto estará sendo financiado, de 1995 a 96, pelo CNPq.

\*\* Docente do Departamento de Ciências Sociais da FFLCH-USP.



Embora saibamos que preferências por variados critérios adotados pelos autores e escolas de teoria da ciência façam oscilar a balança, o duplo estatuto se mantém, e esta disciplina pode ser ensinada e pesquisada nos departamentos universitários de ciências e filosofia, com evidentes ganhos e perdas teóricas, empíricas e históricas. Paradigmas, estrutura e evolução de teorias científicas, programas de investigação, tradições de pesquisa, resoluções de problemas e heurística, reconstruções metodológicas, entre outros enfoques metacientíficos, visam estabelecer estratégias de investigação orientadas por diferenciado *instrumental de reconstrução*, distinções conceituais geradoras de discursos metodológicos: de produção individual ou coletiva; constituídos em determinada época ou em momentos diferentes, ou tratando de um problema ou de um conjunto de problemas metodológicos.

As metodologias podem se apresentar como *reconstruções explícitas, reconstruções parciais e metodologias não reconstruídas ou implícitas*. Estas últimas são de manifestação difusa, seus termos conceituais e argumentos são mencionados nas monografias de pesquisa de campo e nas dissertações teóricas sem, entretanto, elucidação de fundamentos de qualquer natureza, de estrutura lógica ou estatuto epistemológico. Mesmo no que se denominou de *reconstrução metodológica explícita* sobrevivem características implícitas que cabe à crítica elucidar e debater, com critérios alternativos e diferentes procedimentos de análise conceitual.

Um acesso facilitado aos problemas metodológicos consiste em identificar distinções conceituais metateóricas. Ao analisar a estrutura

de um sistema teórico, seja por um procedimento axiomático ou informal, hierarquizando os conceitos e enunciados por nível de generalização e abstração, localizam-se os *termos conceituais primitivos*, geradores de outros conceitos, os que a literatura denomina de *termos conceituais derivados*. São termos de duplo estatuto porque ocorrem na teoria e na metateoria. Podemos citar como exemplos de tais termos que nomeiam comumente *aproblemas metodológicos*: sistema, sistema social, função, função social, estrutura, estrutura social (no funcionalismo); contradição, dialética (no marxismo); sentido, sentido da ação, subjetividade, intencionalidade (na compreensão interpretativa). Há expressões que, embora nomeadas nas explanações teóricas, são definidas explícita ou contextualmente na linguagem metateórica da ciência, por exemplo: termo, sentença, enunciado, proposição, significado, argumento, referência, verdade, conhecimento objetivo, explicação científica, causalidade, teoria científica, indução, dedução, teleologia. Cabe à investigação metodológica a definição destes termos, inserindo-os em suas respectivas famílias e descrevendo seus contextos para que sejam evitados usos inadequados.

#### OBSTÁCULOS À EXPLICAÇÃO CIENTÍFICA E ÀS REGRAS METODOLÓGICAS

A metodologia das ciências sociais apresenta algumas dificuldades que não são exclusivas de uma de suas correntes, mas estão presentes em todas elas, sejam analíticas, hermenêuticas ou dialéticas. Estas patologias



metodológicas são o *ecletismo*, o *reducionismo* e o *dualismo*. Uma solução para tais dificuldades será a adoção do *pluralismo metodológico*. Max Weber foi o ancestral clássico desta posição ao situar a investigação científica das ações humanas entre o positivismo e o historicismo do seu tempo, criticando, deste modo, as posturas exclusivas e restritivas ao desenvolvimento das ciências sociais, adotando um kantiano *Mittelwege*. F. Kaufmann dará continuidade a esta postura metodológica, situando a meio caminho entre o empirismo lógico de Viena e a fenomenologia de Husserl a possibilidade da ciência da sociedade e, mais tarde, em um segundo livro de mesmo título, *Metodologia das ciências sociais*, de 1942, acrescentando ao seu arsenal metodológico o pragmatismo norte-americano. Recentemente Karl-Otto Apel retomará o programa weberiano, desta vez incorporando ao debate e ao diálogo metodológicos a hermenêutica heideggeriana, a filosofia da linguagem wittgensteiniana e o pragmatismo de Peirce em um cenário clássico de filosofia transcendental alemã.

O *ecletismo* como patologia metodológica pode ser definido pelo uso de conceitos fora dos seus respectivos esquemas conceituais e sistemas teóricos, alterando os seus significados. Resulta disto a ocorrência do termo que nomeia o conceito desprovido de significado ou definição. Inadvertidamente se utiliza o sinal que nomeia o conceito, mas não o próprio conceito. O discurso torna-se, conseqüentemente vazio, sem que, muitas vezes, o cientista social perceba isto. Se tal ocorrência é grave a nível da teoria, é gravíssimo a nível metateórico ou metassociológico. Neste caso os

conceitos metodológicos desprovidos de suas características limitar-se-ão a nomeações e classificações rituais de posturas sem nenhuma influência nas estratégias de investigação, o que é comum em textos produzidos por autores desprovidos de treinamento metateórico. Termos vazios de significado não podem funcionar como instrumental de reconstrução teórica ou metodológica. Esta é uma definição diremos que formal do ecletismo.

Uma segunda caracterização desta patologia consiste em dar uma função teórica a expressões descritivas ou em dar uma função descritiva a expressões teóricas. Trata-se de uma das conseqüências do uso inadequado dos conceitos anteriormente mencionado, pois o uso de nomes de termos conceitualmente vazios impedem de classificar as expressões lingüísticas adequadamente e os níveis descritivo e teórico podem ser alternados inadvertidamente.

Além destas dificuldades estruturais, o ecletismo impede que o autor adote claramente uma postura teórico-metodológica a partir da qual possa incorporar outras contribuições conceituais, tipológicas, classificatórias ou teóricas em sentido forte, tendo grande dificuldade em apreender diferenças entre posições adotadas por autores e escolas com respeito às estratégias gerais de investigação. A grande dificuldade do ecletismo, por fim, é a sua esterilidade intelectual explicitada por uma retórica vazia, seguida de impossibilidade crítica para o diálogo e da controvérsia conseqüente entre os enfoques sociológicos e metodológicos.

Não podemos esquecer algumas considerações pragmáticas do problema que estamos



analisando. É totalmente infundada, pelo que vimos, a confusão entre ecletismo e pluralismo, e quando isto ocorre, muitas vezes é indicativo da presença de um interlocutor dogmático procurando desqualificar o suposto adversário desviando-se do diálogo intelectual. A esta definição negativa podemos acrescentar uma positiva. É quando se está preservando um sistema argumentativo ainda rudimentar para que se desenvolva até poder interagir de modo conseqüente com outro sistema mais desenvolvido e complexo. A adoção do pluralismo metodológico evitará os impasses do falso dilema – adotar-se o ecletismo ou o dogmatismo.

O *reducionismo* se apresenta de várias formas, e a mais facilmente detectável é a **naturalista**. Consiste em adotar procedimentos **das ciências naturais** como modelo para as **ciências sociais**, por exemplo, os da física ou da biologia. As **correntes positivistas** desde o século passado têm adotado tal naturalismo. O empirismo lógico ao defender a tese da unidade metodológica das ciências empíricas foi claríssimo a respeito. Podemos citar nesta linha as obras de Neurath, Lundberg, Hempel, Nagel, Rudner, Brodbeck, compartilhando a mesma tese. Em outro sentido, que pode atribuir-se a Quine originalmente, utilizamos hoje a expressão epistemologia naturalizada, para caracterizar investigações epistemológicas que consultam resultados e procedimentos das ciências empíricas, em oposição a uma epistemologia normativista *a priori*; mas aqui também podemos constatar a contribuição, por exemplo, da sociologia, através das investigações a respeito da natureza social do

conhecimento, da sociologia da ciência, etc. Foi, entretanto, o primeiro sentido aludido acima de naturalismo que teve curso na metodologia das ciências sociais. Podemos concluir dizendo que o **reducionismo** quebra a identidade de uma disciplina científica ao rebatê-la acriticamente sob outra disciplina, seja ela empírica ou formal. E uma nova caracterização da noção de regra metodológica, compatível com o pluralismo metodológico, apresenta uma solução para esta dificuldade, o que discutiremos mais adiante.

Podemos ainda falar de **reducionismo em dialética e em hermenêutica**. No primeiro caso, Engels é o exemplo de autor que defende a unidade metodológica fora da postura analítica, no empirismo lógico. Aqueles que buscam caracterizar uma hermenêutica das ciências naturais incorreriam, igualmente, em **reducionismo**, embora tenhamos que admitir que tem havido nesta corrente grande prudência a este respeito.

Finalmente, trataremos do problema do *dualismo* metodológico, de longa história e até hoje presente nas abordagens dialética e hermenêutica em ciências sociais. No século passado as distinções entre ciências da natureza e ciências do espírito (*Geisteswissenschaften*), ou da cultura, ciências nomotéticas e ideográficas, marcaram o início da concepção dualista em epistemologia (diferenças de conhecimento), metodologia (diferenças de métodos) e ontologia (diferenças quanto à natureza dos objetos). Embora Weber tenha se esforçado por lançar um diálogo entre as duas posturas na sua caracterização da natureza das ciências sociais, foi pouco valorizado por



certos intérpretes do seu pensamento. Habermas abre sua *Lógica das ciências sociais* com clara defesa do dualismo em seus três aspectos. Em Adorno, em todo o denominado marxismo ocidental (a expressão foi utilizada por Merleau-Ponty em as *Aventuras da dialética* e posteriormente consagrada) e na sociologia compreensiva em geral, o dualismo tem preservado às ciências da natureza o campo das concepções empiristas e positivistas. Popper e os pós-popperianos desenvolveram fortes argumentos contra estas estranhas concessões metodológicas. O dualismo muitas vezes pode facilitar certos reducionismos. Também dificulta os contatos com as metodologias das ciências naturais de modo adequado, através de um diálogo crítico. Quanto às ciências formais, lógica e matemática, e sua rica metodologia, nada se declara nesta postura, como se desconhecêssem, por exemplo, a própria lógica formal como gramática profunda do seu discurso. Acaba-se estranhamente por defender um discurso sem estrutura sintática ou argumentativa. Marcuse é dos mais tentados a este percurso.

*As regras metodológicas nos fornecem critérios para a avaliação dos procedimentos científicos. Uma regra não é verdadeira ou falsa. As regras são convenções do jogo da ciência. Não adotamos regras isoladamente, mas conjuntos de regras. Rejeitamos regras isoladas ou conjuntos de regras, ou, em alguns casos, introduzimos nova ou novas regras em um conjunto que passa a rejeitá-las ou se alterar para recebê-las. As regras estão organizadas de acordo com seu nível de generalidade, suas relações com as outras regras*

*do sistema e grau de utilidade na avaliação das atividades de pesquisa. Como não existem ações humanas fora de um campo normativo, as atividades de investigação respeitam padrões com maior ou menor permanência e intensidade. A permanência se refere à duração de uma regra, sendo todas elas finitas, o que confere grande importância metodológica à história da ciência. Há critérios não-metodológicos que influenciam na adoção de regras metodológicas, objeto de investigação da sociologia da ciência; e o seu peso dependerá de estudos de caso, impossível legislar sobre isto a priori. Tampouco existem regras para a adoção de regras metodológicas. Regras são apostas que podem ser avaliadas exclusivamente pelo critério pragmático: as conseqüências práticas da adoção de um sistema de regras nos diz a respeito de sua propriedade e adequação, isto é, reconstruem o desenvolvimento científico e operam prospectivamente o seu modo constitutivo, influenciando a adoção de métodos, teorias e esquemas conceituais e estratégias metateóricas de investigação. As duas funções principais das regras metodológicas são, portanto, a reconstrutiva e a constitutiva, funções passiva e ativa, abordagem da estrutura da atividade científica e a abordagem dinâmica dos processos de investigação. A sintaxe e a semântica fornecerão instrumentos ricos de reconstrução metodológica e a pragmática nos auxiliará na caracterização da ciência enquanto atividade; a ciência como linguagem estruturada e a ciência como forma de ação social. Se fôssemos tratar aqui da natureza do instrumental de fundamentação necessário para se gerar reconstruções metodológicas, teríamos que levar em*



consideração distinções conceituais tanto de origem científica quanto filosófica. Esta é a razão de a metodologia como **disciplina metacientífica** ser dificilmente enquadrada **exclusivamente** na ciência ou na filosofia, **o que é facilmente** apreendido, **bastando para isso listar os termos** de maior uso **em qualquer corrente, como, por exemplo, argumento, sentença, proposição, enunciado, sentido, argumento, verdade, essência, contradição interpretação, explicação, teoria, existência.** A metodologia é uma disciplina que possui duplo estatuto. A epistemologia, a metafísica, e até a ética e a estética, a lógica formal silogística ou matemática, a sociologia, a cibernética, a informática, a teoria dos sistemas, a teoria das decisões, a semântica teórica, a filologia, a estilística, a lingüística e a semiótica fornecem instrumentos conceituais para a reflexão metodológica, conforme as preferências intelectuais de cada autor, escola, enfoque, tradição. Há sempre usos seletivos em amplo repertório conceitual de época disponível disputando os investigadores.

É o caráter *normativo* da metodologia, revelado pelas regras metodológicas, que legislam sobre a extensão representada pelas proposições, sistemas teóricos ou, de modo mais amplo, sobre o processo de investigação compreendido pelos sistemas tecnológicos (métodos e técnicas de pesquisa social empírica), teórico (conceitos, tipologias, leis ou generalizações), já mencionado, e metateórico (âmbito das reconstruções metodológicas). Neste último nível do conhecimento sociológico são enunciadas as regras que permitem estabelecer os critérios com base nos quais se decide entre tecnologias de pesquisa, teorias,

esquemas conceituais e fundamentos alternativos proporcionados por repertório de época que a prática da pesquisa se encarrega cada vez mais de ampliar, depositando na história da ciência seu estoque de informações para uso seletivo contemporâneo e futuro. Há, entretanto, decisões normativas localizadas em cada um dos níveis do conhecimento, mas são de natureza menos abstrata e circunstanciada. Alguns autores reduzem a **metodologia a um** destes âmbitos regionais, como, **por exemplo, os adeptos** do empirismo sociológico **ao reduzir a nossa disciplina** ao enunciado de **procedimentos operacionais** de coleta e tratamento de dados **com procedimentos** quantitativos ou qualitativos, **os estudos** e decisões de fundamentação **ironicamente abandonados** aos “filósofos epistemólogos”. Uma estranha delegação que boa parte dos filósofos tem gentilmente dispensado.

Na solução *reducionista* teríamos um único conjunto de regras metodológicas para as chamadas ciências empíricas. A avaliação das ciências sociais por estes critérios tende a ser da rigidez que uma vasta literatura tem demonstrado, as diferenças de grau e não de natureza sendo enfatizadas ou, o que resulta mais grave, a desqualificação de sua pretensão de atingir conhecimento empírico e científico da vida social. As infrutíferas tentativas de construir o catálogo dos enunciados empíricos, das proposições protocolares da sociologia e das ciências do comportamento em geral atestam as dificuldades deste projeto. Autores mais flexíveis na defesa da unidade metodológica das ciências empíricas, como é o caso de Popper, ao tratar das ações



humanas rompem critérios **duros de demarcação** entre filosofia social e **sociologia**, admitindo algumas regras **metodológicas diferenciadas**, como os exemplos do **individualismo** metodológico e da **lógica situacional**.

A situação dos **dualistas** será mais complicada. **Abandonam às ciências** da natureza as concepções **empiristas e positivistas**, restringindo seus enunciados **metodológicos**, explicitamente críticos **das posturas** mencionadas, acentuando as **características** que distinguem e isolam as **ciências sociais** das demais ciências. Posteriormente, **são obrigados** a reorientar suas reflexões, **como o faz Habermas**, como condição para não **inviabilizar** os diálogos críticos **interdisciplinares** entre as próprias ciências sociais. **Não faltará quem sustente** posição suspeitosa **frente à incorporação** de informações de outras **disciplinas** científicas ao acervo dos cientistas **sociais**, **incorporação** de longa tradição, de caráter **metafórico ou literal**. Se os reducionistas contribuíram **para o desenvolvimento** dos procedimentos **empíricos** de investigação, enfraquecendo **as posições** estritamente reflexivas, os dualistas **fortaleceram** o estudo da identidade metodológica **das ciências sociais**, fertilizando inúmeras **áreas de investigação**, principalmente as que exigem **abordagens** qualitativas. Entretanto, a metodologia **das ciências sociais** muito perdeu pela falta de **contatos** com as metodologias das ciências formais (**lógica e matemática**) e naturais.

Somente a consideração das regras metodológicas de um ponto de vista *pluralista* respeitará a riqueza da interação entre as ciências, que a história registra. As ciências empíricas

naturais, as ciências sociais e as ciências formais possuem regras metodológicas diferenciadas e comuns; características técnicas e de métodos e características lógicas e epistemológicas que se manifestam na construção e teste das teorias e na geração das diferentes formas de explicação científica, causais e teleológicas. Em suma, teremos que investigar as normas que orientam e padronizam os procedimentos de investigação das três, duas ou uma única das famílias de ciências. Se, como consequência, o programa de uma única metodologia é suspeito e inadequado, na sua forma reducionista ou dualista, o pluralismo na consideração das regras deverá se pautar por extrema prudência para não descambar no ecletismo de roupagem metodológica.

#### EXPLICAÇÕES CIENTÍFICAS, LEIS E CAUSALIDADE

Foram descritas algumas das características do enfoque analítico de investigação metodológica, que se pretende seguir, para tratar da natureza das explicações científicas e as dificuldades e resultados do tema nas ciências sociais. Clássicos da metodologia do século XIX discutiram aspectos deste problema, mais tarde, em nosso século, aprofundados; argumentos foram elaborados para futura elaboração sistemática do problema. As várias teorias da explicação científica efetuaram um aproveitamento seletivo da contribuição anterior, e novas avaliações surgem na literatura especializada. Embora as elaborações tenham por modelo de ciência empírica as ciências naturais, muitas das soluções e argumentos adotados



repercutiram, direta ou indiretamente, na imagem ou concepção de ciência social que influenciaram muitos autores em suas estratégias de investigação.

O problema central desta pesquisa, o da natureza das explicações científicas, levará a várias questões. A causalidade terá o mesmo estatuto lógico e empírico nas ciências naturais e sociais? Podemos pretender leis sociais com as mesmas propriedades das leis naturais? Explicações causais indutivas ou explicações causais dedutivas, qual a natureza argumentativa das explicações científicas? Explicações causais ou explicações teleológicas? Qual o estatuto dos argumentos probabilísticos em ciências sociais? Tipologias construídas podem conviver com explicações teleológicas? Como definir as explicações funcionais? Como as posturas reducionista, naturalista, dualista, eclética e pluralista enfrentam tais problemas? A definição de regra metodológica sofre alterações nos debates a respeito das explicações científicas pela adoção de diferentes instrumentais de reconstrução metodológica? Quais as distinções lógicas e semânticas adotadas pelos autores? Como a bibliografia de metodologia das ciências sociais tem absorvido estes debates?

A pesquisa proposta se desenvolverá em duas partes, nos anos de 1995 e 1996. Na primeira, serão estudados J. S. Mill, Otto Neurath e C. Hempel, autores clássicos que situaram as ciências sociais entre as ciências experimentais e empíricas e de forte presença nos debates posteriores. Mill ainda não teve sua influência sobre Durkheim e sua escola suficientemente estudadas. Os primeiros funcionalistas não utilizaram linguagem explicativa causal? Neurath e Hempel dedicaram impor-

tantes textos às ciências sociais e abriram debates metodológicos sobre a natureza da linguagem sociológica (classificações e tipologias, explicações funcionais e causalidade, compreensão e causalidade, sociologia e fisicalismo).

A segunda parte da pesquisa pretende estudar os desdobramentos contemporâneos do sistema de lógica de Mill, dos empiristas lógicos Neurath e Hempel. A crítica dos autores clássicos mencionados permitirá compreensão mais aprofundada do falsacionismo de Popper e a controvérsia a respeito das explicações históricas e sociais. Nos anos 70 e 80 a influência da obra de H. von Wright – *Explicação e compreensão* – reabriu um velho debate, que na verdade nunca desapareceu da metodologia das ciências sociais. Novos instrumentos e novos argumentos e críticas. Concluiremos o percurso argumentativo com a obra de Karl-Otto Apel, que com os instrumentos gerados pela semântica teórica retoma a necessidade de aproximação entre causalidade e teleologia nas ciências sociais, tese já defendida, a seu modo, por Max Weber.



## BIBLIOGRAFIA SELETIVA

- APEL, Karl-Otto. *Understanding and explanation*. The MIT Press, 1984.
- DRAY, William. *Laws and explanation in history*. Oxford University Press, 1957.
- ELSTER, Jon. *Explaining technical change. A case study in the philosophy of science*. Cambridge University Press-Universitetsforlaget, 1983.
- HEMPEL, Carl G. *Aspects of scientific explanation*. The Free Press, 1965.
- \_\_\_\_\_. *Philosophy of natural sciences*. Prentice-Hall, 1966.
- LLOYD, Christopher. *Explanation in social history*. Basil Blackwell, 1986.
- MANNINEN, R. and TOUMELA, R. (eds.). *Essays on explanation and understanding*. Reidel, 1976.
- MILL, John Stuart. *A system of logic, ratiocinative and inductive. Being a connected view of the principles of evidence and the methods of scientific investigations*. University of Toronto Press e Routledge & Kegan Paul, 1973. Vol. VII, *Collected Works of John Stuart Mill*, com edição de texto de J.M. Robson.
- MILLER, Richard. *Fact and method. Explanation, confirmation and reality in the natural and social sciences*. Princeton University Press, 1987.
- NAGEL, Ernest. *The structure of science*. Routledge & Kegan Paul, 1961.
- NEURATH, Otto. *Foundations of social sciences*. International Encyclopedia of Unified Science, The University of Chicago Press, 1944.
- \_\_\_\_\_. *Empiricism and sociology*. Reidel, 1973.
- SALMON, Wesley. *Four decades of scientific explanation*. University of Minnesota Press, 1988, 1990.
- VON WRIGHT, Georg Henrik. *Explanation and understanding*. Routledge & Kegan Paul, 1971.